

# Graduação em Turismo no Brasil: evolução, articulações didáticas e desafios para turismólogos docentes

*Degree in Tourism in Brazil: evolution, pedagogical articulations and challenges for the tourismologist-educator*

André Riani Costa Perinotto<sup>1</sup>  
Pedro Lazaro dos Santos<sup>2</sup>  
Adriana Santos Brito<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo tem por finalidade enfocar num panorama que compreende a ocorrência de acontecimentos históricos, políticos, sociais, econômicos e educacionais que causaram a implantação dos primeiros cursos superiores em Turismo no Brasil. Para realizar esta pesquisa, foram necessários dados obtidos mediante pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais e livros, além de dados estatísticos disponíveis no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através do portal e-MEC, no qual encontram-se informações de cada estado, com todas as instituições de ensino superior públicas federais, estaduais, municipais e privadas que implantaram cursos de graduação em Turismo no país, desde a década de 1970 até o ano de 2014. A partir da análise das informações apresentadas pelo INEP, buscou-se refletir sobre a implantação, evolução e aumento dos cursos de Turismo implantados no país, bem como sobre as principais habilidades didáticas necessárias, de acordo com alguns autores que articulam o ensino e a prática do turismo, e os possíveis desafios do profissional turismólogo docente como formador de profissionais. Nas considerações finais, apresenta-se uma análise geral dos benefícios educacionais e profissionais, a partir da implantação do curso superior em Turismo, a fim de propor possíveis adequações relacionadas ao ensino sobre a formação superior dessa área.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Turismo. Profissional Turismólogo. Docência em Turismo.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Ciências da Comunicação – UNISINOS/RS. Professor Adjunto do Curso de Turismo da UFPI (Parnaíba/PI).

<sup>2</sup> Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor Visitante (Leitor) de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira na University of British Columbia – Vancouver, BC, Canadá. Professor Assistente do Curso de Turismo da UFPI (Parnaíba/PI).

<sup>3</sup> Mestranda em Artes, Patrimônio e Museologia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. perinotto@ufpi.edu.br; plsantos@ymail.com; adryannabrito@hotmail.com

## Abstract

This paper aims to focus on a panorama comprising the historical, political, social, economical and educational happenings that caused the creation of the first higher education courses of Tourism in Brazil. In order to carry out this research, data from bibliographical survey in national journals and books were collected and compared to the ones available at the website of the National Institute of Educational Studies and Research (INEP) through the e-MEC portal, where information on each Brazilian State can be found along with its municipal, state and federal institutions that implemented Tourism undergraduate courses from the 1970s up to the year 2014 in the country. From the analysis of the information presented by INEP, we sought to think about the implementation, evolution and increase of the Tourism courses in the country, as well as the main teaching abilities which are necessary to articulate teaching and practice and the possible challenges of the tourismologist as an educator of other professionals. In the final considerations, a general analysis of the educational and professional benefits was presented in order to propose possible adaptations related to the teaching on higher education in this area.

**Keywords:** Tourism. Higher Education. Tourismologist. Teaching Tourism.

## Introdução

Com o passar dos anos, nota-se um aumento significativo do número de pesquisas voltadas para o setor do turismo. No entanto, poucos são os estudos que relacionam esta área com o ensino superior. Por ser um campo multidisciplinar, ainda são poucos os resultados de pesquisas que demonstram o interesse na interligação das áreas Ensino Superior x Turismo, bem como os acontecimentos que direcionaram o surgimento dos primeiros cursos de turismo no país.

Esta abordagem permitirá refletir sobre a evolução do ensino superior em Turismo desde a década de 1970, ocasionada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (Lei da Reforma Universitária), a qual fixou normas para o funcionamento e a implantação de novos cursos superiores no país a partir desta data.

Inicialmente, será apresentado um breve panorama envolvendo todas as circunstâncias históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais que ocasionaram a implantação do curso de graduação em Turismo desde a década de 1970 e a consequente criação de cursos presenciais e a distância (EAD) em nível de bacharelado.

Na sequência, serão apresentados dados obtidos mediante pesquisa bibliográfica, através de periódicos nacionais e livros, além de dados estatísticos

disponíveis no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através do portal e-MEC, no qual encontram-se informações de cada estado, com todas as instituições de ensino superior públicas federais, estaduais, municipais e privadas que implantaram o curso de graduação em Turismo, desde a década de 1970 até o ano de 2014.

Posteriormente, refletir-se-á sobre as principais habilidades didáticas necessárias, de acordo com alguns autores que articulam o ensino e a prática do turismo, e os possíveis desafios do profissional turismólogo docente como formador de profissionais.

Por fim, nas considerações finais, é realizada uma análise geral do contexto da pesquisa, a partir da implantação do curso superior em Turismo, a fim de propor possíveis adequações relacionadas ao ensino sobre a formação superior nesta área.

### **Breve panorama histórico, político, social, econômico e educacional no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970**

O contexto histórico, político e econômico da década de 1960 se divide em três fases distintas. Conforme Costa (1991, p. 87), o período de autoritarismo burocrático militar brasileiro, momento que compreende a ditadura militar, foi caracterizado por uma: “[...] interação aparente entre um programa rigoroso de estabilização destinado principalmente a controlar a inflação, e uma série de decisões que estenderam e elaboraram os controles autoritários [...]”. Nesse momento, ocorreu também o congelamento dos salários, o corte de despesas públicas e a restrição do fluxo de crédito no setor privado.

No que se refere à segunda fase (1967-1974), Costa (1991) acentua uma interessante questão, pois nesse período ocorreu a reforma universitária. Além disso, a “[...] economia começou a dar sinais de recuperação, com o fortalecimento da demanda de bens de consumo durável pela classe média superior e atração de investimentos diretos, créditos de incorporação e empréstimo de valores no estrangeiro [...]” (COSTA, 1991, p. 87).

Por fim, a terceira fase foi evidenciada durante a presidência de Ernesto Geisel, a qual marcou o período de 1974 a 1975 com “[...] a crise mundial do petróleo, o volume e os preços aumentados das importações e o peso crescente do endividamento externo retardaram a expansão econômica e produziram aumento da posição no cenário industrial, desequilibrando a coalizão que sustentara o regime”, conforme cita Costa (1991, p. 88).

Essas três fases retratam no país todo o contexto histórico, político, social e econômico da época, marcada por diversos acontecimentos que emergiram para o autoritarismo burocrático militar, cujas concepções dominavam o poder estatal sob forma de ditadura, desmobilizando diversas organizações sindicais, reprimindo de forma direta todos os que lutavam contra esse sistema ditatorial que trouxe sérias consequências, além de divulgar uma imagem negativa do país para o exterior.

Para Saviani (2010, p. 8), o contexto do sistema educacional no início dos anos 1960

[...] Assistiu a uma crescente mobilização, sob a liderança da UNE, pela reforma universitária inserida, sob a égide da ideologia nacionalista-desenvolvimentista, no âmbito das chamadas “reformas de base”. Com isso, a questão da universidade assumia uma dimensão de ordem social e política bem mais ampla, sendo um dos componentes da crise que desembocou na queda do governo João Goulart, com a consequente instalação do regime militar.

O golpe de 1964, que desembocou na queda do governo de João Goulart, provocou ainda mais as manifestações, as quais ocasionaram um movimento estudantil que clamava, sob forte pressão contra o governo da época, por uma reforma universitária, ocorrida somente em 1968. Tal reforma no sistema educacional reforçou “[...] o princípio da indissociabilidade entre o ensino e pesquisa e define o seu *lôcus* na universidade como forma dominante de educação superior”, conforme citam Bretas e Vaidergon (2005, p. 3).

Entre as décadas de 1960 e 1970, Bretas e Vaidergon (2005, p. 1) abordam em seu texto que o sistema educacional brasileiro sofreu uma “expansão”. Isso se deveu ao fato de que o país, nesse período, passou por profundas mudanças, influenciadas pela estrutura do modelo educacional norte-americano.

Nesse sentido, Durhan (2003, p. 15) afirma que “a lógica da nova estrutura, que se inspirava no modelo norte-americano, foi truncada na medida em que as carreiras continuaram estanques e o diploma continuou valorizado na medida em que se constituía como condição necessária e suficiente para o exercício profissional”.

O princípio desse modelo era ampliar o número de trabalhadores com elevado nível de ensino – no caso, com ensino superior –, a fim de atender às necessidades do mercado de trabalho na época, como também fazer com

que esses profissionais mudassem a péssima imagem do Brasil no exterior, ocasionada pela ditadura militar.

O período da ditadura militar, como afirma Parron (2005, p. 1), fez com que o país ficasse “de pernas para o ar”, pois houve profundas mudanças políticas, sociais, econômicas e educativas, as quais até hoje ainda acarretam consequências para o cenário brasileiro.

Dentre os diversos motivos que ocasionaram essas transformações no país, faz-se necessário mencionar a Doutrina de Segurança Nacional e o Ato Institucional nº 5, ou AI-5, que reestruturaram o ensino, influenciando o aumento da escolarização em todos os níveis, desde o básico até o ensino superior, com a implantação de novos cursos. Isso somente ocorreu pelo fato de o país estar necessitando de bons profissionais em áreas que alavancassem o desenvolvimento econômico, pois, como afirma Durham (2003, p. 18):

O aumento da demanda por ensino superior está associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal. Para entender a demanda massiva que se instaurara, o setor público precisaria criar não apenas tipos de curso, mas outros tipos de instituição.

A partir daí, surgiram outros motivos, que acarretaram a criação de novos cursos em nível superior, como “a industrialização, o êxodo rural, a urbanização, o avanço dos meios de comunicação, a internacionalização da economia, a mobilidade social”, sendo esses os principais fatores que provocaram o processo de expansão do ensino em nível superior naquela época no país. (HALLAL et al. 2010, p. 3).

A esse respeito, Teixeira (2006, p. 5) também descreve que, a partir da década de 1960:

[...] Houve equivalência dos cursos técnicos aos colegiais, que permitiam o ingresso a faculdade e por isso aumentou o número de alunos com potencial para cursar o ensino superior. Apesar dessa equivalência ter se dado a partir da década de 1960, ela também valia para os formandos em cursos técnicos de anos anteriores. Dessa forma aumentou-se muito o número de pessoas que podiam prestar o vestibular. Sendo assim, faltou vaga nas faculdades, o que gerou uma crise estudantil, que estava perturbando a ordem social, por isso foi incentivada a criação de novas universidades e também de escolas de ensino

superior, bem como de novos cursos de curta duração para atender os novos interessados no curso superior provenientes de baixa classe média, ou seja, investir em escolas de ensino superior passou a ser um bom negócio.

Isso influenciou o aumento da demanda de estudantes, assim como a oferta de novos cursos em novas Instituições de Ensino Superior (IES) que foram sendo implantadas para atender à quantidade de pessoas que se interessavam, contribuindo para o desenvolvimento do país e conseqüente formação de novos profissionais para atender ao mercado de trabalho.

Conforme foi dito, Durham (2003, p. 17) ressalta que “o ensino superior universitário e não universitário se ampliou de maneira extraordinária, desde o início do regime, em 1965 até o final da década de 70”.

De fato, Saviani (2010, p. 9) menciona:

O projeto de reforma universitária (Lei n. 5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

A reforma universitária acabou por influenciar a reformulação de cursos já existentes, a exemplo do curso de Pedagogia, e criou outros novos cursos, como Administração, Comércio Exterior e Turismo, que na época puderam contribuir com o desenvolvimento econômico e educacional.

### **A implantação e evolução dos cursos de graduação em Turismo, presenciais e a distância (EAD), no país**

Os primeiros cursos de Turismo tiveram seu início na década de 1970, impulsionados pelo “milagre econômico brasileiro”, na tentativa de reverter a imagem negativa do país deixada pelo período da ditadura militar, levando à criação de novos cursos que incentivassem o desenvolvimento econômico e educacional na época e, conseqüentemente, a formação de mão de obra

qualificada, pois diversos setores seriam beneficiados com a formação de mais profissionais.

Nesse sentido, Rejowski (1998, p. 59), afirma que “[...] no Brasil, assim como em outros países, existia toda uma expectativa e credibilidade sobre o turismo como uma das ‘chaves que abririam as portas’ do desenvolvimento econômico”.

Desse modo, ao falar sobre a criação do curso superior em Turismo no país, Ruschmann (2002, p. 4) menciona que “a formação em nível superior proporcionará uma oportunidade de profissionalização e também de especialização, diante dos vários setores de atuação que a atividade abrange”, pois é através de uma formação específica que os profissionais dessa área tornam-se habilitados a atuarem nesse setor.

Segundo o Conselho Federal de Educação (1981, p. 504), a exigência de formação em nível superior em Turismo foi somente promulgada mediante a resolução S/N, de 28 de janeiro de 1971, a qual revogava “[...] em seu art. 1º que a formação em nível superior de profissionais para o planejamento e a organização do turismo será feita em curso de graduação em turismo”, tornando-se claro que a profissão de turismólogo só poderia ser realizada mediante o curso de graduação.

Para a EMBRATUR (2005, p. 1), a criação do curso superior em Turismo e a formação de profissionais turismólogos ao longo da década de 1970 contribuíram para o aumento da economia nacional “enquanto fonte de geração de divisas e emprego”.

Sendo assim, o ensino superior em Turismo surgiu em um momento no qual houve a necessidade de mudança no sistema educacional brasileiro, pois, à época, tornava-se um bom negócio financeiro, e o país precisava de “profissionais bem preparados para o turismo”, como afirma Teixeira (2006, p. 3).

Por isso, os primeiros cursos de graduação em Turismo no Brasil surgiram em decorrência de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais, uma vez que o curso só foi implantado no país após o regime militar, fazendo com que houvesse um aumento da economia e, conseqüentemente, formação de mais profissionais no setor.

Nesse contexto, Beni (1975 apud REJOWSKI, 1998, p. 60) realiza um discurso de abertura da sessão solene de instalação do I Congresso Nacional de Turismo, na cidade de São Paulo, na Escola de Comunicações e Artes da

Universidade de São Paulo (ECA/USP), no qual traduz o papel dos cursos superiores no país:

A partir da instalação do I Curso Superior de Turismo no Brasil, a fase de improvisação, adaptação e repentinidade começa a ser seriamente ameaçada. O turismo improvidente, desgovernado começa a ser criticamente analisado. São muitos os que hoje se preocupam com sua problemática, mantendo-se em permanente atividade de reflexão e vigília. [...]

O turismo no Brasil deixou de ter somente uma posição política administrativa empresarial e passou a constituir-se também, agora, em um assunto de ordem técnica e científica, e como tal deve ser encarado [...].

Isso demonstra que o turismo, a partir desse período e mediante a sua implantação no país através de curso superior, deixou simplesmente de ser um interesse somente dos políticos e empresários da época e passou a ter um novo conceito, sendo atrelado à área do ensino e pesquisa, uma vez que se tornou “um fenômeno complexo possível de ser estudado e analisado sob múltiplas facetas”, como afirma Rejowski (1998, p. 28).

Cumprir frisar que o primeiro curso de graduação em Turismo no Brasil foi implantado na Faculdade Anhembi, atual Universidade Anhembi Morumbi, no ano de 1971. Logo após, em 1973, o curso iniciou-se na Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, em São Paulo; em 1974, surgiu o curso de Turismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e, a partir de então, foram criados novos cursos superiores de Turismo em outras regiões do país.

Segundo Sogayar e Rejowski (2011, p. 286), é importante

[...] Destacar que se estabeleceram dois modelos de formação superior em Turismo, os quais nortearam a maioria dos bacharelados no país: o da então Faculdade de Turismo do Morumbi, com foco na formação profissional voltado para o mercado; o da USP, como foco na formação acadêmica com maior fundamentação nas ciências humanas e sociais. O primeiro era um modelo seguido principalmente pelas faculdades isoladas privadas, e o segundo pelas universidades públicas e privadas, estas últimas confessionais (religiosas) [...].

Conforme as autoras, o curso de Turismo iniciou-se com duas vertentes: a primeira voltada à formação de bacharéis para o mercado de trabalho e a segunda com uma visão mais humanística do curso, na qual o foco principal era o ensino e pesquisa em turismo.

Entretanto, Lopes (2003, p. 1) afirma que a

[...] Educação turística deve basear-se em uma visão empresarial, pois a atividade baseia-se na prestação de serviços. Cabe aos educadores conciliar teoria e prática junto aos alunos e aproximar ao máximo a realidade do mercado, como aplicação de estudos de caso, laboratórios, convênios com agências de turismo, hotéis, companhias aéreas, cursos de intercâmbio, além de incentivar as pesquisas científicas.

Apesar de ser classificado em duas vertentes (mercado de trabalho/ ensino e pesquisa científica), o curso busca a integração de conhecimentos multidisciplinares no turismo.

Vale destacar o pensamento de Bonfim e Freitag (2005, p. 5), os quais presumem que a

[...] Pesquisa científica, na estrutura da educação superior brasileira, é de obrigatoriedade das instituições credenciadas como ‘universidades’, sendo as demais desobrigadas à produção do conhecimento; ou seja, as instituições classificadas como: escolas superiores, institutos de educação, faculdades isoladas, faculdades integradas, centros de educação tecnológica e centros universitários, devem se ater à transmissão do conhecimento.

Em linhas gerais, na opinião dos autores, o papel das universidades públicas federais, estaduais e municipais é se ater ao ensino e conhecimento científico como propósito da formação dos bacharéis-pesquisadores. Em contrapartida, as faculdades particulares prevalecerão no ensino do turismo com foco no mercado de trabalho.

É preciso acentuar que a implantação do curso promoveu uma divergência com as demais áreas, pois os profissionais que atuavam nesse setor e não tinham a formação específica “[...] acreditavam que o graduado em curso de Turismo seria apenas um “tarefeiro”, sem nenhuma base de conhecimento para desenvolver qualquer trabalho que exigisse reflexão”, conforme cita Matias (2012, p. 60).

Para a autora, havia à época alguns empecilhos de profissionais de outras áreas afins que não acreditavam na existência de um curso que pudesse atender às necessidades do mercado turístico, mas com o passar dos anos, houve uma evolução ainda maior. Conforme Ruschmann (2002, p. 19), no “ano de 2002 quase 300 instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas [...]”, e esse aumento significativo corroborou com a formação de mais profissionais turismólogos, pois nesse período o país necessitava de mão de obra especializada na área.

Dessa forma, para melhor entender a evolução da graduação em Turismo desde 1971 até 2014, os Quadros 1 e 2 apresentam os 43 anos de implantação do curso no Brasil. O Quadro 1 demonstra o crescimento com o passar dos anos, a partir do valor quantitativo, e os cursos ofertados possuem as modalidades presencial e a distância (EAD).

Quadro 1 – Evolução dos cursos de bacharelado em Turismo na modalidade presencial, de 1971 a 2014

<b>ANO</b>	<b>BACHARELADO EM TURISMO</b>
1971	1
1972	0
1973	8
1974	3
1975	2
1976	5
1977	1
1978	1
1979	2
1980	2
1981	1
1982	0
1983	0
1984	1
1985	2
1986	0
1987	1
1988	0
1989	0
1990	3
1991	0
1992	1

1993	0
1994	6
1995	3
1996	4
1997	12
1998	22
1999	27
2000	56
2001	58
2002	37
2003	27
2004	24
2005	12
2006	18
2007	10
2008	8
2009	40
2010	12
2011	11
2012	5
2013	2
2014	8
<b>TOTAL:</b>	<b>436</b>

Fonte: BRASIL (INEP/e-MEC, 2014).

Como se pode observar no Quadro 1, houve uma ampliação significativa de cursos de graduação em Turismo em nível de bacharelado, comprovando o que Vicente e Michelin (2012, p. 2) mencionam sobre “[...] o surgimento de cursos de turismo vem suprir a necessidade imposta pelo período”, pois a maioria dos cursos presenciais foi implantada no país entre as décadas de 1990 e anos 2000, uma vez que havia a necessidade de profissionais na época com formação específica nessa área para atender à demanda de turistas nacionais e internacionais.

Já o Quadro 2 apresenta uma evolução do curso de Turismo em nível de bacharelado na modalidade a distância (EAD), notando-se uma expansão no ano de 2006. Nesse tipo de modalidade, o discente aprende a partir do uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em horários diferentes, conforme previsto no regulamento do art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96.

Quadro 2 – Evolução dos cursos de graduação em Turismo na modalidade a distância, anos 2000

<b>ANO</b>	<b>BACHARELADO EM TURISMO (EAD)</b>
2005	17
2006	218
2007	127
2008	4
<b>TOTAL:</b>	<b>366</b>

Fonte: BRASIL (INEP/e-MEC, 2014).

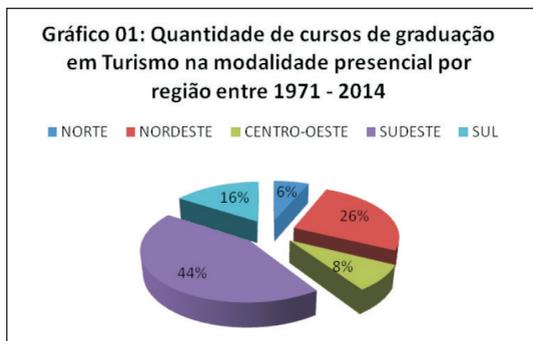
Segundo Moran (2002, p. 1), a educação superior a distância é caracterizada por três gerações. Ela é

[...] Identificada num primeiro momento com ensino por correspondência, porque era baseada em textos e exercícios transportados pelo correio. A segunda geração da educação à distância na universidade começou na década de 80, com o uso da televisão e do vídeo cassete para os telecursos profissionalizantes e formadores de estudantes do ensino médio e fundamental. A terceira fase dessa que promete ser uma revolução no ensino brasileiro começou no final da década de 90 [...].

Torna-se evidente que a modalidade de ensino superior a distância, durante essas três gerações, só foi identificada pelo fato de haver uma facilidade de acesso aos cursos *on-line*. Isso foi possível mediante autorizações do Ministério da Educação (MEC), tendo como base o regulamento do art. 80 da LDB, em parceria com as instituições de ensino superior, que acabaram por identificar essa necessidade em atender ao público que não pode frequentar uma sala de aula cotidianamente.

Sendo assim, as modalidades disponíveis em relação ao curso de Turismo, presenciais ou a distância, em nível de bacharelado, influenciam no crescimento do ensino superior, tornando-o mais acessível à sociedade, de acordo com as necessidades (tempo/dinheiro) de cada indivíduo.

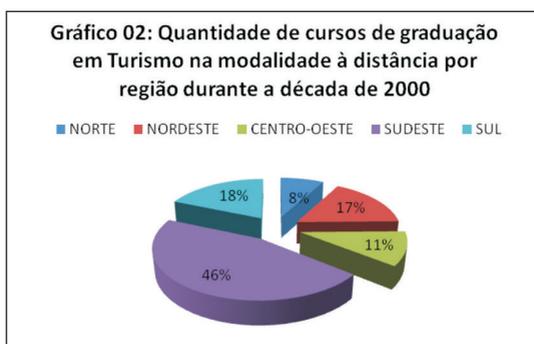
O Gráfico 1 apresenta a quantidade de cursos de graduação em Turismo em nível de bacharelado na modalidade presencial implantados em todas as regiões do país durante os anos de 1971 a 2014, conforme a pesquisa realizada.



Fonte: BRASIL (INEP/e-MEC, 2014).

Desde a criação do curso de graduação em Turismo, percebe-se um aumento na quantidade de cursos implantados na região Sudeste – 44% (190 cursos) – em comparação com a região Nordeste – 26% (113 cursos). Os dados correspondem à pesquisa realizada no portal e-MEC, do INEP, o qual apresenta a quantidade de cursos analisados desde 1971 até 2014.

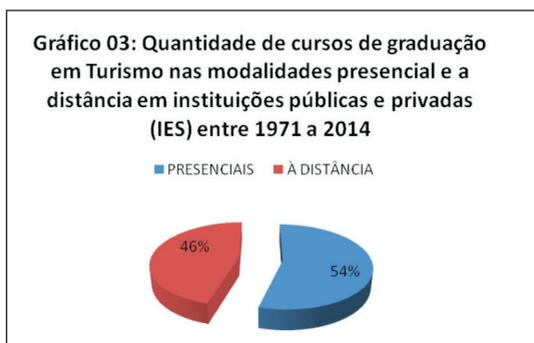
De modo similar, o Gráfico 2 mostra a quantidade de cursos de graduação em Turismo na modalidade a distância implantados em todas as regiões do país na década de 2000.



Fonte: BRASIL (INEP/e-MEC, 2014).

Ficou evidenciada neste gráfico a existência de um percentual grande de cursos que são desenvolvidos nessa modalidade. A região Sudeste obteve uma quantidade de 46% (162 cursos); a região Sul, 18% (70 cursos); e o Nordeste, 17% (63 cursos). Lembrando que esses dados foram obtidos no portal e-MEC entre os anos de 2005 e 2008, portanto, não há dados de anos anteriores.

A oferta de cursos de Turismo em nível de graduação (bacharelado) aumentou significativamente com o passar dos anos. O Gráfico 3 mostra o percentual de instituições em categoria administrativa pública e privada que ofereceram tal curso ao longo desses 43 anos (1971-2014) no Brasil.



Fonte: BRASIL (INEP/e-MEC, 2014).

Analisando o gráfico, percebe-se que há uma pequena diferença nos dados em relação à quantidade de instituições que implantaram o curso de Turismo: segundo o portal e-MEC, entre os anos de 1971 a 2014, do total, 54% (436 cursos) foram ofertados nas universidades públicas e 46% (366 cursos) foram oferecidos pelas instituições particulares no país.

De acordo com o portal, o número de vagas disponíveis aumentou consideravelmente nessas duas categorias, tanto nas públicas quanto nas privadas, entre as décadas de 1990 e anos 2000, devido à necessidade de mão de obra qualificada nessa área através da formação de profissionais, pois nessa época o mercado de trabalho estava “altamente competitivo e complexo”, como afirma Ruschmann (2002, p. 19).

Dada a relevância desta pesquisa e mediante os dados apresentados a partir da implantação e evolução dos cursos de Turismo entre 1971 a 2014, é pertinente refletir sobre as principais habilidades didáticas necessárias quando o profissional turismólogo opta pela vida acadêmica (docência), mediante a articulação do ensino e com a prática do turismo.

Esta pesquisa mostrará a questão da docência superior em Turismo a partir de algumas reflexões de educadores e profissionais da área (pesquisadores) sobre a importância da pós-graduação para a continuidade da carreira acadêmica, bem como os possíveis desafios do profissional turismólogo docente como formador de profissionais.

## **Docência universitária: articulações didáticas do ensino com a prática do turismo**

Tratando-se do exercício da docência universitária, Masetto (2003, p. 13) argumenta que o incentivo ao exercício da profissão “[...] exige capacitação própria e específica que não se restringe a ter um diploma de bacharel, ou mesmo de mestre ou doutor, ou ainda apenas de uma profissão”. Nesse sentido, percebe-se que, ao exercer a profissão de docente, é preciso que o turismólogo possua competência pedagógica, ou até mesmo vocação, visto que a partir disso ele se tornará um educador.

Entretanto, vale lembrar que, na maioria das instituições de educação superior no país, para que o profissional possa se habilitar à docência universitária, exige-se, além da graduação, “mestrado da área, por vezes exigindo também o doutorado, [...] podendo ser em áreas afins” (VICENTE; MICHELIN, 2012, p. 1).

Dessa forma, é notório esclarecer o que Cunha et al. (2006, p. 7) supõem sobre a carreira acadêmica:

[...] A formação do professor de ensino superior está assentada na pesquisa, conforme os padrões de qualidades determinados pela pós-graduação *stricto sensu*. Os programas de doutorado e mestrado são configurados numa forma que privilegia a especialização, numa ênfase ao conhecimento e numa preparação para a pesquisa.

Uma vez que a escolha pela carreira acadêmica (docência universitária) se torna uma necessidade de aprofundamento em conhecimento e pesquisa, sua consequência se refletirá nas atividades realizadas antes, durante e depois da participação em cursos de pós-graduação. Desse modo, Cunha et al. (2006, p. 8) mencionam que a opção profissional pela docência pode ser em “[...] decorrência de suas atividades de pesquisa, como alunos na pós-graduação, outros decidiram ser professor universitário, ainda na graduação entretanto, enfatizam que nunca pensaram em atuar no ensino básico”.

Por razões de escolha pela docência universitária, o profissional turismólogo acaba se espelhando “nos professores que foram significativos em suas vidas [...]”, conforme mencionam Cunha et al. (2006, p. 5). Isso faz supor que seja uma das principais contribuições para a formação pessoal e profissional desses docentes, principalmente quando tais docentes tiveram, durante a sua graduação e pós-graduação, educadores que possibilitaram a construção do

conhecimento, fazendo-os aprender a ensinar e a preparar futuros profissionais para o mercado de trabalho.

Por isso, é evidente a questão dos conhecimentos necessários para exercer a docência. No caso do profissional turismólogo, Cunha et al. (2006, p. 12) citam a “necessidade de atualização, frente ao crescimento e mutabilidade do conhecimento científico, às mudanças de contexto, às novas necessidades da sociedade”, ou seja a formação continuada. Para exercer essa profissão, é preciso dedicação e sacrifícios.

É preciso acentuar também a questão dos saberes docentes, que do ponto de vista de Tardif (2010, p. 36) é definida “[...] como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experiências”. Esses saberes mencionados por Tardif fazem parte do contexto de vida e da carreira profissional, pois servem como base essencial para que os docentes realizem suas atividades em sala de aula.

Outro ponto crucial, mencionado por Brusadin (2007 apud CARMO; BRUSADIN, 2011, p. 05), é que os professores devem articular a didática do ensino com a prática pedagógica do turismo, através da

Discussão de estudos de casos, elaboração de projetos de pesquisa integrados com outras disciplinas, concepção epistemológica do turismo e de ciências relacionadas, apropriadas da metodologia científica em seus trabalhos, visão mercadológica por meio de contato com empresas de turismo.

A articulação do ensino com a prática pedagógica requer saberes do profissional enquanto docente, que irá desenvolvê-los por meio de habilidades em sala de aula, conforme foi citado anteriormente, com o propósito de possibilitar um diálogo entre professor e aluno, e não apenas uma mera transmissão de conhecimento.

Com base nisso, Cunha et al. (2006, p. 5) identificam que, no processo de ensinar e aprender:

[...] Cabe ao professor o papel central, visto que mobiliza e produz saberes durante o exercício de sua profissão. Para isso, deve ter a capacidade de saber adequar-se metodologicamente, vendo o ensino não de forma técnica, mas como um conhecimento em processo de construção.

Da mesma maneira, Hengemühle (2008, p. 127) propõe aos docentes que procurem

[...] O caminho significativo para a educação, caminho que pode oferecer aos professores uma importante orientação metodológica, baseada nos pressupostos de que devemos desenvolver pessoas competentes, com a mente em constantes exercícios complexos, de que a pesquisa deve estar presente no cotidiano da sala de aula, e de que o professor precisa provocar, estimular os alunos na busca de respostas para os porquês, em um movimento sistêmico contínuo.

Esse processo de troca e construção do conhecimento entre professor-aluno poderá ser realizado em sala de aula através do ensino, provocando no aluno o desejo em aprender, o que conseqüentemente transformará esse exercício cotidiano em ensino-aprendizagem.

Em linhas gerais, sobre a prática pedagógica, Hengemühle (2008, p. 196) especifica alguns dos principais passos para se compreender o ensino-aprendizagem:

Inicialmente, provocar no aluno o desejo de aprender através da apresentação do (s) problema(s), a sua discussão, ainda sem a apresentação dos fundamentos teóricos. Depois desse momento teórico é apresentado como luz para a compreensão e/ou solução do(s) problema(s) inicial(is). Por ultimo, são trazidos novos problemas para os quais o aluno é convidado a encontrar ou a reconstruir soluções, a propósito dos quais ele é solicitado a argumentar, e isso fundamentado nas teorias assimiladas e aplicando-as, ou, inclusive, descobrindo e aplicando teorias novas.

Em suma, esses passos são fundamentais para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, no qual o docente turismólogo assume o papel de estimulador do conhecimento, propondo aos educandos uma aprendizagem crítica, reflexiva e transformadora.

Nesse sentido, compete ao educador uma “[...] ação docente que precisa apresentar novos processos pedagógicos que contemplem problematizações”, conforme cita Behrens (2009, p. 1), possibilitando a inovação de propostas no contexto educacional, uma vez que a educação é um processo permanente.

Há de se convir que o professor universitário do curso de Turismo deverá “mudar o foco do ensino e passar a preocupar-se com o aprender, e em especial, o aprender a aprender, abrindo caminhos coletivos” (BEHRENS; ALCÂNTARA, 2003, p. 427). Também deverá buscar a qualificação profissional (formação

continuada), pois isso permitirá dar continuidade ao magistério superior, assim como possibilitará a pesquisa científica com foco na formação dos educandos em futuros profissionais.

### **Possíveis desafios do profissional turismólogo docente**

Dada a relevância dessa temática para a docência universitária e articulações didáticas no ensino em Turismo, é necessário citarmos os principais desafios do profissional turismólogo docente, conforme alguns autores em questão.

O primeiro desafio, segundo o ponto de vista de Zuffo e Behrens (2009, p. 8756), é a “qualificação profissional”, o que supõe a obrigatoriedade para o exercício da profissão docente no ensino superior, a continuidade nos estudos como forma de suporte necessário para a pesquisa, a obtenção da prática pedagógica por meio da docência e a formação de profissionais.

De modo similar, Araújo e Yoshida (2009, p. 1) mencionam que, no segundo desafio, o profissional da educação superior precisará “[...] estar aberto aos conhecimentos que se produz nesta área e que é fundamental para o fortalecimento da profissão e para a própria sobrevivência do educador, existe a necessidade de inovar e criar novas estratégias de aprendizagem sempre”.

As autoras propõem a continuidade da carreira profissional ao longo da vida, pois o docente posiciona-se como eterno aprendiz, no sentido de possibilitar o conhecimento aos educandos, além de propor uma interação professor-aluno em sala de aula.

O terceiro desafio implica na motivação da “busca do conhecimento”, conforme ressaltam Araújo e Yoshida (2009, p. 3). Essa busca requer, antes de tudo, a reflexão sobre o seu real papel perante a sociedade enquanto educador e as consequências positivas do exercício da profissão. A partir dessa reflexão, o docente turismólogo identificará uma nova forma de buscar o conhecimento e como aplicá-lo em sala de aula, sob diversas formas de interação professor-aluno, o que conseqüentemente renovará sua prática docente.

O quarto desafio tem como base a “proposição de uma prática pedagógica inovadora [...]”, conforme cita Behrens (1999, p. 388). Desse modo, o papel dos professores universitários está em promover o ensino através de métodos didáticos inovadores como fator relevante e significativo para o ensino-aprendizagem.

O quinto desafio, para Araújo e Yoshida (2009, p. 05), é o de “[...] conceber estratégias de ensino que visam ensinar a aprender”. As autoras refletem sobre o papel do docente como mediador do conhecimento, o que desempenha simultaneamente o papel de formador de profissionais ao mesmo tempo em que aprende, pois há uma troca de conhecimentos tanto do docente como do educando.

De acordo com Zuffo e Behrens (2009, p 8756), o sexto desafio refere-se a uma nova visão do educando, que “[...] exige um professor que dialogue com ele, que proponha novas metodologias de ensino e aulas em que não se depositem tão somente informações em suas mentes”. Percebe-se aqui um grande desafio dos profissionais da educação, pois cabe a eles manterem-se atualizados, buscar novos métodos que ampliem o ensino dentro da sala de aula, promovendo um diálogo entre professores e alunos e uma interatividade de ambos.

O sétimo desafio para os educadores, segundo Araújo e Yoshida (2009, p. 4), consiste na “[...] clareza das tecnologias como instrumento que ajudam a construir novos conhecimentos, apresentando novas possibilidades e porque não dizer oportunizando a aquisição de novas competências”. Quando a educação se torna um processo em permanente mudança, refere-se que o educador, enquanto profissional do ensino superior (no caso desta pesquisa, o turismólogo), terá que se adequar ao uso de novas tecnologias que facilitarão a aprendizagem e promoverão o ensino de modo inovador.

É importante ter em mente a existência de uma nova postura dos educadores perante o ensino superior, pois se trata de formadores de profissionais, e isso requer qualificação profissional, educação continuada, desejo em aprender, gosto pela leitura e pesquisa, ou seja, a busca pelo conhecimento e a incorporação do uso das novas tecnologias no ensino, como forma de inovar a prática pedagógica, fazendo com que esse profissional docente atenda aos requisitos do novo paradigma da educação.

## **Considerações Finais**

O presente trabalho teve como finalidade focar num panorama que compreende a ocorrência de acontecimentos históricos, políticos, sociais, econômicos e educacionais que causaram a implantação dos primeiros cursos superiores em turismo no Brasil.

Nesse sentido, há ainda a necessidade de um maior aprofundamento sobre o assunto, visando compreender os acontecimentos que ocorreram no país entre

as décadas de 1960 e 1970 e direcionaram o surgimento dos primeiros cursos de graduação em Turismo e a ampliação desse campo de ensino e pesquisa multidisciplinar nos dias de hoje.

Com base na literatura abordada nesta pesquisa, a implantação de novos cursos voltados para o ensino superior no Brasil (no caso, o curso de Turismo) pretendeu reverter a imagem negativa deixada no período da ditadura militar. Essa reversão ocasionou o desenvolvimento econômico e educacional na época, devido à necessidade de mudança no sistema educacional brasileiro, tendo como consequência o aumento da escolarização em todos os níveis de ensino mediante a criação de novos cursos, o que impulsionou a mão de obra qualificada com a chegada de novos profissionais ao mercado de trabalho.

Quanto à evolução do curso, os dados do INEP, através do portal e-MEC, proporcionaram para a pesquisa a identificação quantitativa dos cursos ofertados pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

A partir desta análise, foi possível perceber a oportunidade de profissionalização e especialização em Turismo, diante das várias áreas de atuação que o setor abrange, ao mesmo tempo em que se adequou às necessidades impostas pelo mercado de trabalho entre o período 1971 a 2014, em termos de crescimento quantitativo dos cursos de Turismo e as possibilidades de estudo e pesquisa oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), nas modalidades presencial e à distância, em nível de bacharelado no país.

As possíveis articulações didáticas do ensino em Turismo com a prática só são possíveis quando o profissional turismólogo, ao optar pela docência universitária, tem consciência do aprofundamento que terá que realizar em leituras, pesquisas e aplicação dos ensinamentos obtidos durante a graduação e pós-graduação.

Ao mesmo tempo em que a didática só é obtida quando ele passa a desenvolver novas habilidades em sala de aula, o “saber fazer e o saber ensinar” tornam-se um diferencial a partir da inclusão de novas tecnologias e novos métodos pedagógicos ao ensino em Turismo, buscando sempre inovar, provocar no aluno o desejo em aprender e possibilitar um diálogo entre professor-aluno.

A partir disso, o desafio para o turismólogo diante da atividade docente é obter do educador uma nova postura enquanto profissional do magistério superior, pois o papel deste é formar profissionais habilitados ao exercício das suas futuras profissões, além de oferecer meios para uma ação pedagógica inovadora, que contemple ensino, pesquisa e prática através de uma articulação direta com esse campo multidisciplinar que é o estudo do Turismo.

Essa caminhada que o profissional turismólogo docente faz no decorrer da vida acadêmica traz inúmeros benefícios e desafios durante o exercício da docência superior em Turismo, por isso, enquanto educador, cabe a ele desenvolver o ensino de acordo com os parâmetros educacionais impostos por sua profissão, tendo como propósito desempenhar a docência superior com qualidade, apesar dos inúmeros desafios do dia a dia, seja na infraestrutura no local de trabalho ou na falta de recursos didáticos.

Por fim, que o docente tenha a consciência do seu real papel na sociedade, adequando os métodos de ensino e propondo um novo olhar para a aprendizagem, enquanto sujeito formador de profissionais. Além disso, que a pesquisa se torne para o docente o suporte essencial ao desenvolvimento profissional durante toda a vida acadêmica (pós-graduação) e continuamente no magistério superior. Em última análise, essa troca de conhecimento entre professor-aluno permitirá dar continuidade ao processo de reflexão dos educandos sobre a futura atuação na área e a preparação destes para o mercado de trabalho.

## Referências

ARAÚJO, Paullyanne Leal de; YOSHIDA, Sônia Maria Pinheiro Ferro. Professor: desafios da prática pedagógica na atualidade. *Revista Educação e Linguagem*, Cuiabá, v. 3, n. 1, p. 01-20, out. 2009. Disponível em: <[http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2009\\_11/03/outros/608f3503025bdeb70200a86b2b89185a.pdf](http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2009_11/03/outros/608f3503025bdeb70200a86b2b89185a.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BRASIL. *Lei N° 9.394, 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 1996.

BEHRENS, Marilda Aparecida. A prática pedagógica e o desafio do paradigma emergente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 196, 383-403, set./dez. 1999.

BEHRENS, Marilda Aparecida; ALCÂNTARA, Paulo R. Metodologia de projetos em aprendizagem colaborativa em tecnologias interativas. *Revista Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 6, n. 14, p. 423-440, 2003. Edição especial. Disponível em: <<http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v6n14/sumario.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

BEHRENS, Marilda Aparecida. *Paradigmas Educacionais na prática pedagógica*. Curitiba: Mimeo, 2009.

BRETAS, Silvana Aparecida; VAIDERGON, José. “Americanismo”,

*ciência e expansão do ensino superior no Brasil*. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. Anais eletrônicos ... Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/28/GT11-1551-Int.rtf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BONFIM, Izac de O. B.; FREITAG, Marcos J. C. Educação em turismo: conhecimento crítico versus técnica. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 50, jul. 2005. Disponível em: <<http://espacoacademico.com.br/050/50cbonfim.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira et al. Dormi aluno (a)... acordei professor (a): interfaces da formação para o exercício do ensino superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambú. *Anais eletrônicos...* Caxambú: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/29/GT11-2544--Int.rtf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

COSTA, Alexandre Bernardino. Lei N° 5540/68, A Reforma do ensino superior: um projeto de hegemonia. *Sequência*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 85-95, jan./jun. 1991. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16156>>. Acesso em: 19 dez 2014.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Disciplinas do currículo mínimo para os cursos superiores de Turismo: Sociologia, História do Brasil, Geografia do Brasil (Cartografia), História da Cultura e das Artes, Estudos Brasileiros, Introdução à Administração, Noções de Direito, Técnica Publicitária, Planejamento e Organização do Turismo e o Estágio Supervisionado*. 4. ed. Brasília: MEC/CEF, 1981.

CARMO, Solange Pilar do; BRUSADIN, Leandro Beneditini. *O desenvolvimento da educação no curso de turismo no Brasil: interfaces entre o ensino e o mercado de trabalho*. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-desenvolvimento-da-educacao-no-curso-de-turismo-no-brasil-interfaces-entre-o-ensino-e-o-mercado-de-trabalho/65454>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, 2003. (Documento de Trabalho 3/03). Disponível em: <<http://www.nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

EMBRATUR. *Instituto brasileiro de turismo*. 2005. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/resultadoBusca.asp?id=353&grupo=2>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

HENGEMÜHLE, Adelar. *Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MATIAS, Marlene. Turismo: o ensino de graduação no Brasil. *Revista Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 5, n 1, p. 58-81, abr. 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/view/26581/17705>>. Acesso em: 14 maio 2014.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

MORAN, José Manuel Costas. A educação superior à distância no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa. (Org). *A educação superior no Brasil*. Brasília: CAPES/UNESCO, 2002. p. 251-274. Disponível em: < [http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao\\_online/eadsup.pdf](http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/eadsup.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2015.

PARRON, Tâmis. A cara e a coroa: herança dos militares tem altos e baixos. *Aventuras na História*, São Paulo, 01 abr. 2005. Ditadura no Brasil, Série dossiê Brasil, p. 76-79.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

RUSCHMANN, Dóris. *Turismo no Brasil: análise e tendências*. Barueri, SP: Manole, 2002.

SAVIANI, Demerval. *A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades*. 2010. *Revista Poiesis Pedagógica, Catalão*, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/download/14035/8876>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SOGAYAR, Roberta Leme; REJOWSKI, Mirian. Ensino superior em turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. *Revista Turismo Visão e Ação*, v. 13, n. 3, p. 282-298, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/2501/2068>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TEXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. *Cursos superiores de turismo: uma abordagem histórica (1970/1979)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiás. *Anais....* Goiás: Universidade Católica de Goiás, 2006. p. 01-09. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuaiscoautorais/eixo05/Sergio%20Henrique%20Azevedo%20Teixeira%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

VICENTE, Tâmis Ramos; MICHELIN, Rita Lourdes. *Formação didática-*

pedagógica dos docentes em Turismo: uma análise sobre os mestres do Programa de Pós-Graduação em Turismo – UCS. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 7., 2012, Caxias do Sul. *Anais ...* Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur/eventos/seminarios/\\_semintur/semin\\_tur\\_7/gt01/arquivos/01/08\\_Vicente\\_Michelin](http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur/eventos/seminarios/_semintur/semin_tur_7/gt01/arquivos/01/08_Vicente_Michelin)>. Acesso em: 02 fev. 2015.

ZUFFO, Darci; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Paradigmas educacionais: desafios e oportunidades para o século XXI*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Champagnat, 2009. Disponível em: <[www.pucpr.br/eventos/edurece/edurece2009/anais/pdf/3488\\_2050](http://www.pucpr.br/eventos/edurece/edurece2009/anais/pdf/3488_2050)>. Acesso em: 06 fev. 2015.

**Recebido em:** 21/02/2016

**Aprovado em:** 19/04/2016